

Movimentos sociais urbanos no Brasil

Pedro Roberto Jacobi

A proliferação de estudos que tratam da temática dos movimentos sociais urbanos é um indicador do interesse que estes têm gerado e da sua crescente importância no contexto das práticas das classes populares.

A característica básica destes trabalhos, na sua maior parte não publicados, é uma tendência à reconstrução de histórias de mobilizações e reivindicações urbanas, embora vários trabalhos enfatizem os aspectos relativos aos desafios organizatórios, resolvendo a partir de sua própria dinâmica os problemas que se colocam à sua livre expressão na política.

Ao tratarmos dos movimentos sociais urbanos nos defrontamos com uma produção incipiente e atomizada, sendo que o nosso grande desafio tem sido o de localizar e organizar um conjunto de textos não publicados, fruto de trabalhos de tese e de pesquisa, no sentido de apresentar o espectro mais amplo possível sobre o estágio em que se encontra a produção teórica no Brasil.

Os movimentos sociais urbanos podem ser entendidos hoje como um fato diferenciador da sociedade capitalista atual, tendo como característica essencial um questionamento da ação estatal na distribuição de benfeitorias urbanas e dos equipamentos de consumo coletivo. Se por um lado assumem um caráter econômico, incidindo sobre a qualidade de vida urbana, por

* Resenha publicada no BIB n. 9.

outro lado assumem um caráter basicamente político, configurando-se enquanto eixos significativos para se compreender de uma nova forma a dinâmica da realidade urbana a partir das suas contradições.

Estes movimentos se inscrevem num marco de contradições extremamente complexo que caracteriza a formação dos grandes centros urbanos brasileiros, no contexto do seu desenvolvimento e funcionamento como grandes aglomerados que viabilizam a reprodução das condições necessárias à continuidade do sistema capitalista. Referem-se à problemática urbana que deriva das contradições geradas pelo desenvolvimento do capitalismo ante as novas e sempre crescentes necessidades postas à reprodução da força de trabalho gerando uma crescente intervenção do Estado.

O novo caráter da problemática urbana passa a se centrar nos serviços de consumo coletivo urbano e no papel do Estado como orientador da vida cotidiana.

As novas bases analíticas incorporam a noção de contradição no contexto da realidade urbana enfatizando o seu potencial de politização e a possibilidade de gerar mobilizações de diferentes atores sociais.

O que são movimentos sociais urbanos?

Os movimentos sociais urbanos constituem uma nova questão na análise das relações de classes e, principalmente, no que diz respeito à tradição das classes populares. Trata-se de problemas sociais novos que, expressando contradições próprias das sociedades capitalistas, não se explicam somente pelo ângulo da oposição entre capital e trabalho. Representam antes de tudo efeitos das distorções e das desigualdades decorrentes de uma aplicação desigual dos recursos públicos empregados no desenvolvimento e manutenção dos aglomerados urbanos.

As carências e defasagens no nível de apropriação da água, dos esgotos, dos transportes coletivos, da saúde, da educação e dos equipamentos sociais têm se tornado cumulativamente em fatores que afetam o que se convencionou chamar de qualidade de vida dos cidadãos, mas que afetam mais a alguns do que a outros, dependendo de sua posição na estrutura social da cidade e do seu acesso aos recursos públicos.

Os movimentos têm surgido das contradições que se expressam no cotidiano da população na sua condição de moradores.

Principais fontes teóricas

Os textos aos quais os investigadores brasileiros recorrem centram-se basicamente em autores como Castells, Borja (1975), Lojkine (1977) e Pickvance (1974) que vêm desenvolvendo um conjunto de trabalhos dentro do contexto da Sociologia Urbana numa perspectiva marxista apresentando a concepção de uma categoria denominada de Movimentos Sociais Urbanos. Estes trabalhos apresentam a problemática dos conflitos urbanos a partir de diferentes concepções sobre o movimento da história e das suas contradições.

Seus esforços de investigação sistematizaram uma série de experiências que deram origem à definição dos movimentos sociais urbanos e que hoje servem de referência àqueles que, preocupados com a mesma temática, carecem, de instrumental analítico adequado para o entendimento destas manifestações políticas na sua relação com o movimento geral da sociedade.

As primeiras formulações dos teóricos e principalmente a partir da contribuição de Castells (1974) tinham como objetivo uma revisão crítica dos postulados convencionais em que se assentava a sociologia urbana, no sentido de "desmistificar uma disciplina que se havia empenhado na busca de associações entre o comportamento social e o meio ambiente, e que se orientava, explícita e implicitamente para os mecanismos de integração social frente à crescente ameaça que apresentavam as tensões sociais próprias do meio urbano" (Machado, Ziccard, 1979).

A partir das formulações dos estudos dos teóricos europeus, os conflitos urbanos passam a ser vistos sob uma outra perspectiva: a politização dos problemas urbanos. A análise passa então a se centrar sobre as relações entre o Estado, o planejamento e os movimentos sociais.

Aos autores europeus corresponde o maior avanço na discussão das questões sobre o urbano e os movimentos sociais. Embora assentados sobre contradições que são universais no interior do sistema capitalista, existem diferenças históricas significativas com relação à sua abordagem sobre a problemática urbana em contextos sociais diferenciados.

O grande mérito destes trabalhos está em colocar questões novas, enfatizando a problemática dos conflitos sociais que se originam a partir das necessidades de consumo nas grandes cidades.

A influência dos autores europeus na reflexão teórica sobre os movimentos sociais no Brasil indica alguns caminhos que vêm sendo seguidos, principalmente no ramo das Ciências Sociais, no estudo de mobilizações populares e conflitos urbanos. O universo pesquisado abrange desde os movimentos mais organizados até práticas mais espontâneas, desde os movimentos reivindicatórios por equipamentos de consumo coletivo até os quebra-quebras.

Os temas de investigação têm se centrado basicamente nos efeitos gerados pelo processo de periferização das classes populares a partir de contradições urbanas geradas pela distribuição desigual dos benefícios de urbanização.

A produção teórica no Brasil

1. Movimentos de bairro e representação das classes populares

Dentre a produção teórica sobre movimentos sociais urbanos no Brasil cabe ressaltar a importância da contribuição dos trabalhos de José Álvaro Moisés para reflexão do tema.

A ênfase nos trabalhos de José Álvaro Moisés está voltada para a análise dos movimentos deflagrados pelas classes populares, a partir de ações organizadas levadas a efeito por organismos elementares de representações de amplos setores da população e de ações diretas ou inorganizadas em face da deteriorização de um setor de serviços públicos diretamente ligado às condições de reprodução da força de trabalho.

José Álvaro Moisés focaliza as suas análises na região da Grande São Paulo a partir do processo de industrialização e das contradições geradas pelo próprio desenvolvimento do capitalismo. Essas contradições, segundo o autor, "acabaram por constituir, por isso mesmo, um ponto de partida para a emergência de novas reivindicações populares, cuja especificidade, nesse caso, está em que surgiram a partir da condição subalterna do morador na cidade e não da sua condição no mundo do trabalho" (Moisés, 1979).

A partir de uma análise sobre os movimentos autonomistas — cuja principal reivindicação era criar novas unidades políticas que deveriam ser administradas e controladas pelos setores populares — Moisés (1974, 1977, 1978a, 1978b) se concentra nas experiências de protesto urbano que surgiram em alguns bairros — "distritos dormitórios" — da região da Grande São Paulo em meados dos anos 50 e princípio dos anos 60.

A sua reflexão teórica é fundamentalmente uma preocupação com o entendimento da prática pelas classes populares.

Os movimentos reivindicatórios, que muitos viam como um policlassismo inútil, originado da insatisfação dos moradores em face das suas condições urbanas de vida, constitui-se numa nova problemática na análise das relações de classes na procura de uma identidade popular que dava unidade de objetivos políticos a setores distintos. Segundo Moisés (1979), a questão do direito à cidadania, o simples reconhecimento da situação de exclusão social das classes populares e a possibilidade de lutar por melhores condições de sobrevivência devem ser considerados como elementos determinantes para a inserção dos setores populares na vida política da cidade.

O estudo sobre as Sociedades de Amigos de Bairro, no período 1945-1970, problematiza aspectos até então pouco estudados sobre estes organismos, recuperando sua dimensão histórica na análise de certas conjunturas específicas e colocando questões relativas à crise de hegemonia e organização das classes populares.

Para Moisés (1979a, 1979b) o cerne da questão está no confronto dos movimentos sociais urbanos com o Poder Público; na politização dos conflitos, permitindo a emergência de uma perspectiva que ultrapassava a dimensão estritamente econômica — corporativa atingindo a esfera política. Discute-se a representatividade do Poder Público que se afirma capaz mas não consegue responder ao Estado. O antagonismo ao Estado cria as condições para a unidade dos seus protagonistas, acelerando o desenvolvimento de uma força social que vai adquirindo uma dinâmica própria.

Para Moisés (1979b) a mobilização das classes populares tem refletido principalmente a reivindicação de direitos sociais básicos que deveriam dar conta de algumas de suas principais necessidades no contexto urbano. Direitos sociais que caracterizam uma forma de cidadania que identificava, acima de tudo, a massa popular e seus líderes, pois era nela que todos se encontravam em sua condição de moradores.

Abordando a temática das Sociedades de Amigos de Bairro numa região da Grande São Paulo, Maria da Glória M. Gohn (1979) explica as condições de emergência das SABs com a preocupação de apreender a sua natureza e dinâmica internas. A partir de uma periodização em três fases (1945-1964, 1964-1974 e 1974 até os dias atuais) a autora baseia sua aná-

lise nos diferentes momentos conjunturais na relação das SABs com o contexto político mais amplo. O trabalho representa basicamente uma reconstrução histórica das práticas desenvolvidas pelas SABs e das suas transformações.

Caracterizando diferentes momentos da vida política nacional, a autora reflete sobre a questão do clientelismo político no período populista e sua readaptação às novas regras impostas pelo regime após 1964, caracterizando um período de cooptação da maior parte das lideranças destas organizações pela política oficial.

A sua institucionalização tornou-se a partir deste momento um processo de fácil concretização criando-se uma ligação muito estreita entre as SABs, o Estado e o partido do governo, com isto perdendo seu caráter mobilizador da população frente aos problemas que afetam o seu cotidiano e transformando-se em locais de disputas político-partidárias, desvinculando-se de interesses populares. Estas práticas vão esvaziando a dinâmica tradicional das SABs, transformando-as em organizações sem sustento popular. A mediação clientelística que caracterizava o período populista passa a ser substituída pela mediação burocratizada.

Segundo Gohn, após 1974 as SABs voltam a ser acionadas constituindo-se em base de apoio de líderes e políticos, onde a tônica dominante é a política de troca de favores.

Ainda dentro desta temática, o trabalho de Ana Luiza Salles Ferreira (1978) trata dos Movimentos Populares Urbanos e sua vinculação à Igreja numa pesquisa que tem por objetivo o estudo dos movimentos populares urbanos desencadeados pelos moradores de Cidade Ademar, na periferia de São Paulo, na reivindicação por melhores condições de vida urbana.

A análise enfatiza o papel do movimento da Igreja no bairro como um fator agregador de interesses dos setores populares, principalmente a partir da formação das Comunidades Eclesiais de Base e dos Clubes de Mães. A autora apresenta todo o processo a partir do qual a Igreja passa a substituir na prática cotidiana o papel antes exercido pelas SABs, transformando-se num canal de expressão da população, voltada para a realidade do dia-a-dia.

Uma das características mais significativas neste trabalho desenvolvido pela Igreja, conforme afirma Ferreira (1978), tem sido o espaço aberto ao livre debater e reivindicar, criando uma sociabilidade nova entre os que participam. Estes aspectos

valorizam significativamente a participação dos moradores criando a possibilidade de construção de formas democráticas de participação de base em contraposição às práticas freqüentemente clientelísticas das SABs. O grande mérito deste trabalho reside na percepção pela pesquisadora das transformações qualitativas que se vêm operando nos movimentos de bairro, suscitando uma nova dinâmica das lutas locais. Estas retomam as suas reivindicações por serviços urbanos básicos — característica do período de surgimento das SABs — incorporando a mobilização da população de periferia em torno de objetivos mais amplos que transcendem o âmbito meramente local.

Paul Singer (1978) recupera a história dos movimentos de bairro em São Paulo enfatizando o papel das novas lutas e as formas de solidariedade desenvolvidas pela população no sentido de superar, mediante novas modalidades de organização, o esvaziamento das SABs.

Retratando os diferentes períodos das SABs, Singer confirma as idéias expostas por Moisés (1977, 1978, 1979a e 1979b) e Ferreira (1978) sobre a crise e o esvaziamento destas entidades. Singer afirma também que o enfraquecimento das SABs não suscitou formas alternativas de organização popular nos bairros, surgindo estas a partir do estabelecimento das Comunidades de Base.

Indicando algumas das novas lutas do movimento de bairro, Singer (1978) enfatiza a problemática dos loteamentos clandestinos, fator mobilizador de uma parcela crescente da população que mora na periferia da metrópole. A generalização do problema — a apropriação e uso do solo urbano pela maioria pobre da população — colocou para as classes populares um desafio de mobilização, que segundo Singer já envolve num trabalho conjunto o interesse de parcela significativa da população afetada.

Outro movimento retratado por Singer é o Movimento do Custo de Vida surgido a partir das CEBs e que tem se estendido para vários bairros e Estados, constituindo-se principalmente num movimento de educação política que se desenvolve em torno de uma questão: por que sobe o custo de vida e por que os salários não acompanham a elevação?

Singer ressalta a importância do novo movimento de bairro em contraste com o antigo. A sua principal virtude é ter

surgido a partir de uma proposta para dentro, criando uma nova consciência e uma inevitabilidade de união e solidariedade entre a população. As principais atividades desenvolvidas pela população têm por objetivo a construção de formas democráticas de participação e as reivindicações levantadas têm assumido um caráter de exigência de direitos e não de dádivas barganhadas com representantes do Estado.

Sílvio Maranhão (1979) apresenta um informe sobre movimentos sociais urbanos recentes em Pernambuco, na região metropolitana de Recife. Segundo Maranhão, os movimentos sociais urbanos são poucos e incipientes podendo-se destacar as Associações de Moradores — organizadas para resistir às remoções — os movimentos de invasores, o Movimento contra a Carestia, e os movimentos originados através do trabalho da Igreja. Maranhão ensaia alguns passos no sentido de qualificar a debilidade destes movimentos procurando avançar algumas pistas ou elementos capazes de proporcionar uma explicação razoável para a questão.

Segundo Maranhão, o nível de concentração urbana existente na região faz com que a magnitude destes movimentos seja comparativamente menor do que no Centro-Sul, devendo-se considerar o nível de consciência e organização das classes populares urbanas.

Sob a temática das relações da população com o Poder Público, o trabalho realizado por um grupo de estudantes da Universidade de São Paulo (1978) apresenta uma análise conjuntural das práticas de uma Sociedade de Amigos de Bairro de Jardim Ávila, em Osasco, numa tentativa de compreender as formas próprias de ação, organização e consciência expressas pelas classes populares. O fato do período analisado preceder e englobar o período eleitoral de 1976 possibilitou aos pesquisadores desenvolver uma análise conjuntural das práticas das SABs, no sentido de caracterizar como as SABs e sua liderança atuavam e como pretendiam fazer uso das eleições. O desencadeamento do processo eleitoral gera a polarização política no bairro, passando a marcar a presença do povo na política e criando os germes de uma consciência de cidadania.

Neste sentido, o trabalho reflete sobre questões que dizem respeito à representatividade da liderança e formulação de práticas democráticas de base, onde o aspecto determinante da mobilização da população se coloca em termos da democratização na distribuição dos recursos públicos.

2. Planejamento urbano e movimentos reivindicatórios

Sobre a temática dos movimentos sociais na sua relação com o planejamento urbano, dentre a incipiente produção de que temos conhecimento, o trabalho de Carlos Nelson F. Santos (1977) analisa comparativamente três movimentos no Rio de Janeiro, identificando a presença de agentes externos (padres, profissionais liberais e técnicos do governo) e o seu papel ambíguo na formulação das propostas. O autor reflete criticamente sobre três exemplos de política em nível local — Brás de Pina, Morro Azul e Catumbi — qualificando o papel dos diferentes atores e as contradições internas que permeiam os processos de intervenção pelas classes dominantes. Segundo Santos, o exame do papel de cada ator social mostra a existência de vários espaços no jogo dos conflitos e das alianças pelo poder a nível geral e particularizado. Santos admite a importância dos movimentos sociais urbanos como atualizadores de determinadas formas de luta que, de outra maneira, seriam impossíveis de vir à tona, acertando-os como estratégia paliativa ou iniciadora. Afirma ainda que “depositar neles muitas esperanças equivale a acreditar em milagres”.

Esta afirmação coloca Santos (1977) numa perspectiva significativamente diferente daquela apresentada por Moisés, Ferreira, Singer e outros estudiosos, no sentido de não considerar a problemática da crise de hegemonia e a potencialidade dos movimentos sociais urbanos na construção de novas formas democráticas de participação de base que estão se forjando na luta pela conquista da democracia.

Dentro da temática da ocupação do solo urbano, a revista *Contraponto*, do Centro de Estudos Noel Nutels (1978), apresenta um retrato de características jornalísticas sobre os movimentos de resistências pela posse da terra. Refere-se ao movimento de resistência dos moradores do Vidigal, iniciado em 1957, quando a empresa proprietária dos terrenos tentou desagregá-los, provocando reação da população contra a ação de especuladores imobiliários. A luta da população tem oscilações sendo que, em 1977, a população volta a ser ameaçada de despejo sob a alegação de iminência de desabamento. A população organiza a resistência, impedindo a destruição dos barracos, conseguindo o apoio e solidariedade de outros setores e apontando a injustiça social. Como já foi indicado, este trabalho tem uma intenção de denúncia, o que o coloca numa perspectiva diferenciada com relação aos outros trabalhos analisados, não lhe tirando porém o seu interesse na discussão das respostas

organizatórias das classes populares frente às tentativas da especulação imobiliária forçar sua expulsão via mecanismos coercitivos. A população vê-se então obrigada a lutar pelo direito legítimo de permanência no espaço por eles construído.

O trabalho de Álvaro L. Pantoja Leite (1977) aborda a problemática da remoção (desapropriação ou simples expulsão) na Região Metropolitana do Recife. A questão que o autor aborda é mais especificamente a da posse/propriedade da terra no âmbito urbano. A crescente pressão sobre a terra a partir dos anos 40 tendo-se tornado mais forte gera um processo de disputa pelo solo urbano. As invasões de terrenos tornam-se a única resposta encontrada pela população pobre para ter acesso à utilização do solo. O autor qualifica as invasões enquanto um processo que deixa “entrever para as massas suburbanas sua própria potencialidade como força política e social”, acrescentando que “os movimentos sociais urbanos — e não as instituições de planejamento — são as verdadeiras fontes de mudança e de inovação da cidade”.

Apresentando diversos casos no Recife, Leite (1977) mostra como o processo de urbanização se dá fundamentalmente em função do atendimento de interesses, necessidades, conveniências e expectativas das classes dominantes. O processo de remoções é denunciado pelo autor a partir da caracterização de alguns casos, onde a tônica dominante é quase sempre a mesma: áreas próximas ao centro da cidade, bem servidas de transporte e em franco processo de valorização imobiliária. A partir deste quadro o planejamento em nome de uma racionalidade técnica através do qual os interesses sociais divergentes poderão ser conciliados entra em cena. O resultado, segundo o autor, é a expulsão ou remoção das populações ditas “marginais”, configurando-se uma consolidação de estrutura vigente de ocupação especulativa da cidade.

Este trabalho coloca uma questão onde a dimensão dos movimentos sociais está diretamente vinculada ao processo de planejamento urbano das cidades. A mobilização da população no sentido de resistir às pressões do Poder Público é um fator de inegável caráter político e politizador na medida em que se contrapõe uma política de intervenção e controle que visa a manutenção do *status quo*. Neste sentido a caracterização que o autor faz de diversos processos de remoção, todos visando uma ordenação do solo urbano e contribuindo para a legitimação da estratégia do poder vigente, configura um conflito que sob a perspectiva do planejamento urbano se procura escamotear.

3. *Deterioração das condições de vida e dos serviços públicos e irrupção de protestos urbanos*

Sob o título de *Revolta dos suburbanos ou "Patrão, o trem atrasou"*, José Álvaro Moisés e Verena Martinez-Alier (1977a, 1977b) analisam as ondas de protestos populares ocorridas em 1974 contra os deficientes serviços ferroviários das periferias de São Paulo e Rio de Janeiro. Este trabalho apresenta um outro ângulo de reflexão sobre os movimentos sociais urbanos no sentido de retratar e qualificar a dinâmica das revoltas das massas suburbanas que não dispõem de qualquer canal próprio de reivindicação e pressão através do qual possam agir coletivamente a respeito de suas condições de vida. O interesse central deste ensaio está em seu esforço para estender a lógica que determina os movimentos mais elementares das massas no processo de formação da consciência das classes populares. Segundo os autores, embora estas revoltas estejam limitadas e não tenham uma estrutura organizatória prévia, têm um significado e efeitos políticos nítidos, representando uma clara reação das massas suburbanas diante do constante processo de deterioração de suas condições de existência.

Para os autores, a relação Estado-classes populares assume neste contexto um significado muito preciso. A revolta dos movimentos é contra o Estado, ou melhor, contra a gestão levada a efeito pelo Estado dos serviços públicos que compõem o processo de sua reprodução. Neste sentido, estas formas de ação, desorganizadas ou não, enfatizam um potencial de solidariedade e um sentimento de identidade das classes populares, politizando de maneira imediata o antagonismo entre as massas e o Estado e exigindo deste respostas imediatas às reivindicações.

Sobre a temática dos quebra-quebras, o trabalho apresentado na revista *Contraponto* (1978) apresenta um relato sobre as características assumidas pelos quebra-quebras nos canteiros de obras do metrô no Rio de Janeiro, em 1977. Estes movimentos serviram fundamentalmente para levantar o pano que escondia as precárias condições de trabalho dos operários, surgindo enquanto uma revolta espontânea causada pela fome e condições sub-humanas de trabalho. Estas manifestações representam a reação dos trabalhadores diante das miseráveis condições de habitação, alimentação e salários e colocam novas questões de organização e reivindicação de setores da população inseridos de uma forma absolutamente desigual no contexto urbano.

4. *Deficiências nos serviços coletivos e mobilização das classes populares*

Dois trabalhos explicitam como as classes populares se mobilizam frente às deficiências dos serviços de transporte coletivo em duas metrópoles brasileiras.

O texto de Marques e Anastácia (1979) apresenta a problemática das mobilizações em cima de reivindicações por melhorias nos transportes coletivos em Belo Horizonte e a partir de 1974, não se diferenciando da situação reinante na maior parte dos aglomerados urbanos, as autoras mostram como a ocorrência repetida de quebras nos ônibus que servem os bairros periféricos e o aparecimento de outras formas de luta — abaixo-assinados, comissões de transporte, greves — refletem a dimensão dos problemas nos serviços de transporte no cotidiano das classes populares.

O estudo apresenta a dinâmica de mobilização da população e como este processo organizatório se insere na produção e reprodução de relações sociais, tentando captar o movimento real das classes populares e seu relacionamento com as demais classes e o Estado.

O ponto de partida analítico situa a questão do transporte dentro do contexto mais amplo, devendo-se levar em consideração as políticas estatais de racionalização dos serviços, assim como os processos de ocupação do solo urbano e as condições políticas do sistema a partir de 1964.

O processo de ocupação do solo tem forçado um constante processo de periferização das classes populares, acarretando na prática a segregação dos setores populares em regiões cada vez mais distantes colocando a questão do transporte coletivo como um fator determinante no seu cotidiano, na medida em que afeta diretamente as condições reais de vida e trabalho das classes populares. Enfatizam as autoras que, além da mercantilização do solo urbano, a privatização dos serviços de transporte tem se transformado em mais um fator de agravamento do problema, na medida em que a concessão da exploração da iniciativa privada já qualifica as seqüelas do processo: precariedade no serviço de transportes coletivos.

A partir da reconstituição histórica de alguns movimentos no protesto contra ônibus sujos, falta de ônibus em horários importantes, corte de linhas, regiões e bairros inteiros sem atendimento, preço único, ausência de ônibus noturnos, ônibus su-

perlotados, atritos entre motoristas, trocadores e usuários, foi possível a relação com as manifestações da população, que exasperada e sem resposta das autoridades competentes, passa a quebrar e depredar os ônibus das empresas.

As autoras levantam várias hipóteses sobre o reflexo das quebras, indicando o fato das classes populares terem mudado as formas de enfrentar o problema. As mobilizações e assembleias dos bairros indicam um avanço nos níveis de consciência e de organização da população na construção de uma real prática democrática.

Sílvio Caccia-Bava e Vera S. Telles (1977) apresentam a problemática dos transportes no contexto da periferia da Cidade de São Paulo através da reconstrução de um movimento na região de Santo Amaro a partir de 1973. Através da análise dos diferentes agentes sociais envolvidos, as SABs, a Igreja, os partidos políticos e a população, os autores acompanham todo o desenvolvimento do processo, os fluxos e refluxos, as interferências, uma tentativa de qualificar os resultados do movimento como um exemplo flagrante da questão autonomia/subordinação em que se debatem as classes populares.

5. Reflexões teóricas sobre a questão dos movimentos sociais urbanos

O trabalho de Machado da Silva e Ziccardi (1979) desenvolve uma análise visando ampliar o entendimento sobre um conjunto de problemas teóricos em que incorrem muitos estudos, ao pretender explicar o aparecimento, desenvolvimento e efeitos dos movimentos sociais "baseados em um marco teórico de flagrante precariedade", conforme afirmam seus autores.

A partir da apresentação de uma breve síntese das tendências e preocupações que apresenta a sociologia urbana, que vai da "teoria da marginalidade" aos movimentos sociais urbanos, os autores se indagam sobre o seu significado. Apontando vários aspectos básicos para qualificá-los e recolocando a sua incerteza quanto à validade de se incorporar um corpo teórico formulado fora do contexto latino-americano afirmam que "a aceitação implícita de uma certa divisão do trabalho intelectual, incorporando acriticamente precárias ferramentas teóricas, à espera da importação de novos frutos do pensamento maduro e acabado venha a indicar novos rumos de investigação".

O texto coloca-se numa postura questionadora acrescentando novos elementos à discussão e indicando novos caminhos

para a reflexão daqueles envolvidos na questão, principalmente no que se refere à amplitude da definição e à variedade de reivindicações possíveis em diferentes contextos sociais.

O trabalho de Pedro Castro (1979) sobre Mobilização Popular e Movimentos Sociais Urbanos apresenta uma reflexão sobre a origem e o significado dos conceitos teóricos presentes na teorização sobre movimentos sociais urbanos no Brasil, adotando uma posição na discussão.

O autor apresenta inicialmente uma resenha de alguns exemplos de mobilização coletiva ocorridos no Rio de Janeiro, e posteriormente coloca em discussão um conjunto de questões gerais, tais como a sua heterogeneidade, o estabelecimento de tipologias e o seu grau de articulação ao nível da estrutura global da sociedade.

Recorrendo às teorizações de Castells, Borja, Lojkin, Touraine e outros, Castro discute a categoria "movimento social" e "movimento social urbano".

A sua conclusão é de que "os próprios elaboradores das expressões, ainda que pretendessem qualquer caráter universalista para as suas categorias analíticas, ao especificarem as condições particulares em que elas são apropriadas como instrumentos teóricos de análise, estariam fornecendo o alerta para os cuidados que devemos ter no seu transplante para a elaboração do conhecimento científico das ações coletivas concretas ocorridas nos últimos anos no Brasil". Neste sentido o texto apresenta características semelhantes às do trabalho de Machado e Ziccardi (1979), numa tentativa de elaborar uma teorização contendo as especificidades temporais e nacionais do caso brasileiro, investigando e articulando entre o nível das relações estruturais de classe e seus movimentos particulares, à luz da reconstrução de experiências concretas. Acreditamos que o intuito de vários dos trabalhos incluídos nesta resenha tenham justamente como objetivo estabelecer estas relações, no sentido de contribuir para a elaboração de um quadro teórico que melhor responda às especificidades do contexto brasileiro, na sua relação com fenômenos políticos mais amplos.

Conclusão

Esta reflexão sobre o conjunto de trabalhos que tratam dos movimentos sociais urbanos procurou apresentar uma sistematização das diversas temáticas que explicam a sua emergência e dinâmica nos grandes centros urbanos.

Para se entender os movimentos sociais urbanos é necessário fazer uso de um coletivo socialmente heterogêneo, cuja unidade é alcançada no plano da política. As mobilizações de classes populares se viabilizam na medida em que se contrapõem à política urbana do Governo, neste sentido expressando insatisfação com características que permeiam as práticas do Estado no contexto urbano. São movimentos de defesa das condições de vida e se configuram numa conjuntura onde praticamente todas as formas de organização e de resistência das classes populares foram esfaceladas. A sua expressão fragmentada e dispersa é um reflexo das contradições da sua emergência.

No momento em que se configura um processo de crise do sistema autoritário, as classes populares começam a se movimentar e organizar, procurando a sua identidade própria e uma definição dos seus interesses, aspirações e reivindicações. O crescimento destes movimentos reflete o estágio em que se encontram as classes populares, configurando-se numa força política construída a partir de formas democráticas de participação de base. Os seus protagonistas principais são os moradores dos bairros da periferia e os favelados, excluídos da maioria dos benefícios trazidos por uma urbanização desigual.

Os movimentos sociais urbanos acima de tudo politizam a questão urbana, colocando-a num terreno onde incidem e se confrontam os diferentes grupos de pressão e de interesse.

O tema do direito à cidadania, da cidade dos cidadãos ou dos meio-cidadãos, retrata uma luta pela democratização na distribuição dos recursos, dos serviços de consumo coletivo pelo Estado e das próprias características do processo de desenvolvimento e planejamento urbano.

Bibliografia

- BORJA, Jordi. *Movimientos sociales urbanos*. Buenos Aires, Ediciones SIAP, 1975.
- CASTELLS, Manuel. *Ciudad, democracia y socialismo*. Madrid, Siglo Veinteuno Editores, 1977.
- . *City, class and power*. London, MacMillan Press, 1978.
- . *Movimientos sociales urbanos*. Madrid, Siglo Veinteuno Editores, 1974.
- CACCIA-BAVA, S. & TELLES, V. S. *O movimento de ônibus. A articulação de um movimento reivindicatório na periferia de São Paulo*. CEDEC, mimeo, 1977.
- CASTRO, P. *Mobilização popular e movimentos sociais urbanos*. Rio de Janeiro, PUC/RJ, mimeo, 1979.

- COLETIVO DE REDAÇÃO. Movimento de resistência no Rio de Janeiro. *Contraponto*, ano III, n. 3, 1978.
- GOHN, M. G. M. *Classes populares, periferia e movimentos sociais urbanos*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, FFLCH/USP, 1979.
- LEITE, A. P. Urbanização e conflitos urbanos: o caso de Recife. *Cadernos do CEAS*, n. 49, maio-junho, 1977.
- LOJKINE, Jean J. *Le marxisme, l'état et la question urbaine*. Paris, Presses Universitaires de France, 1977.
- MACHADO, L. A. & ZICCARDI, A. *Notas para uma discussão sobre movimentos sociais urbanos*. Rio de Janeiro, IUPERJ, mimeo, 1979.
- MARANHÃO, S. *Os movimentos sociais urbanos recentes: o caso de Pernambuco*. Trabalho apresentado na reunião do grupo de trabalho "Movimentos Sociais Urbanos" no III Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Belo Horizonte, 1979.
- MARQUES, M. E. & ANASTÁCIA, M. F. S. As lutas sociais pelo transporte em Belo Horizonte. Belo Horizonte, mimeo, 1979.
- NASSER, A. C.; MIRANDA, A. L.; FERREIRA, A. L. S. S.; NUNES, E.; ROCHA, J. & OTANI, M. *Jardim D'Ávila: uma alternativa de participação política popular*. São Paulo, mimeo, 1978.
- MOISÉS, J. A. *Classes populares, participação política e protesto urbano em Osasco e Pirituba*. São Paulo, mimeo, 1974.
- _____. *Classes populares e protesto urbano*. Dissertação de Doutorado. São Paulo, FFLCH/USP, 1978b.
- _____. Contradições urbanas, Estado e movimentos sociais. São Paulo, Revista de Cultura e Política, ano I, n. 1, CEDEC, 1979a.
- _____. Movimentos de mobilização popular na Grande São Paulo. Rio de Janeiro, *Contraponto*, ano III, n. 3, 1978a.
- _____. *Movimentos sociais urbanos: o caso de São Paulo*. Trabalho apresentado na reunião do grupo de trabalho "Movimentos Sociais Urbanos", no III Encontro Anual da ANPCS. Belo Horizonte, 1979b.
- _____. & MARTINEZ-ALIER, V. A revolta dos suburbanos ou "Patrão, o trem atrasou". In: *Contra-lições urbanas e movimentos sociais*. Rio de Janeiro, CEDEC/Paz e Terra, 1977.
- PICKVANCE, C. G. On the study of urban social movements. *Revista de Sociologia*, Barcelona, n. 3. Barral Editora, 1974.
- SALLES SOUTO FERREIRA, A. L. *Movimentos populares urbanos e suas formas de organização ligadas à Igreja*. São Paulo, relatório apresentado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 1978.
- SANTOS, C. N. F. Três movimentos sociais urbanos no Rio de Janeiro. *Revista Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, n. 2, 1977.
- SINGER, P. I. *Movimentos de bairro em São Paulo*. São Paulo, CEBRAP, mimeo, 1978.